



GT 62. Novos conservadorismos, populismos e liberalismos: perspectivas etnográficas

Coordenador(es):

Leticia Maria Costa da Nobrega Cesarino (UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina)

Piero de Camargo Leirner (UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos)

A presente década tem sido marcada pela ascensão de lideranças políticas representando a chamada extrema ou nova direita, alt-right, entre outras denominações. É o caso de Donald Trump, nos Estados Unidos, e de Jair Bolsonaro, no Brasil. Esses atores têm realizado investidas no debate público, intensificando controvérsias e desafiando noções e categorias já canonizadas na epistemologia científica, política, social, filosófica e econômica, tais como “direitos” e “democracia”. Na literatura antropológica e de áreas afins, assim como na esfera pública mais ampla, esses processos têm sido abordados através das chaves analíticas dos “novos” conservadorismos, populismos e liberalismos, em autores como Jean e John Comaroff, Loic Wacquant, Wendy Brown, Melinda Cooper, Philip Mirowski, Ernesto Laclau, Chantal Mouffe, Judith Butler, Veena Das, Achille Mbembe, Bruno Latour, Nancy Fraser. O GT pretende oferecer um fórum para discussão de pesquisas antropológicas que vêm abordando essa constelação a partir de múltiplos ângulos, incluindo, mas não se limitando a: novas direitas, bolsonarismo, lavajatismo, cultura neoliberal, intervencionismo militar, terraplanismo, comunicação e mídias digitais, movimentos sociais, novas formas de ativismos, conservadorismo religioso, fake news e pós-verdade. Procuramos preferencialmente trabalhos de cunho etnográfico realizados no Brasil, ou em perspectiva comparada, mas consideraremos também pesquisas de outras ordens, e realizadas em outros países.

Os livros da nação frente à crise da democracia em um Brasil ?neoconservador?

Autoria: Nathanael Araujo (UNICAMP)

Neste work desejo exibir os primeiros desenhos de uma investigação sobre como os livros vêm sendo mobilizados no debate político nacional ao longo dessas duas primeiras décadas do século XXI. Refiro-me especificamente aos seus usos enquanto symbols of vertigo (Araújo, 2020), como instrumentos sobre os quais se incitam ou coíbem uma orientação de ação. Para explorar as dimensões simbólicas e os processos nos quais a materialidade de princípios normativos se faz e são feitas em livros, pretendo estruturar a exposição em três partes. Na primeira, trago uma cartografia de livros que circularam e circulam na arena política brasileira tendo como localizador atos de censura ou de combate à censura na relação entre sociedade civil e aparatos de Estado (editais de subsídio e compra de livros, processos avaliativos como o dos vestibulares, discursos em sessões plenárias, proibições de venda em eventos financiados por iniciativas públicas, etc.). Na segunda parte, analiso o modo como o atual governo do presidente Jair Bolsonaro vem mobilizando os livros em distintos momentos. Seja antes do mandato presidencial, na ?denúncia? do Projeto Escola sem Homofobia, passando pela falsa afirmação da distribuição pelo MEC do livro Aparelho Sexual e Cia. - Um Guia Inusitado Para Crianças Descoladas (Cia da Letras, 2007), integrando um ?kit gay?; selecionando quatro livros para exibir em discurso após apuração de votos; em afirmações recentes de que os livros didáticos possuem ?muita coisa escrita?, devendo ser ?revisados?. Na terceira e última parte, apresento o que poderíamos encarar como ?insurgências?, as ?respostas? dadas ao presidente da república e seu governo por parte de grupos de intelectuais como acadêmicos, escritores, artistas, editores e livreiros. Deste modo creio ser possível expor e sustentar o argumento de que, incitados ou reprimidos, os livros seguem atados às dinâmicas rituais do dom e do contra dom expressos nas teias da política no Brasil de hoje.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: